

# **Congresso Internacional Alentejo: Património do Tempo**

Portalegre, 15 e 16 de Abril de 2011

## **Esboço da intervenção a proferir no painel dedicado à “Fruição do Património”**

Realiza-se este Congresso Internacional na cidade de Portalegre, cuja autarquia foi responsável pelo projecto que, em 2006, venceu o Prémio Nacional de Arquitectura “Alexandre Herculano” na “Categoria de Edifícios”. Este prémio, recebido nos Paços do Concelho de Lamego, bem como a acção do patrono dos centros históricos portugueses poderão servir de mote para a minha intervenção neste congresso e, mais especificamente, no que à fruição do património diz respeito.

Uma das questões primordiais que, neste domínio, se coloca é a seguinte: que património importa preservar para que, no presente ou no futuro, possa ser usufruído? Com efeito, da mesma forma que não nos é possível memorizar, guardar ou assimilar tudo, também não é viável preservar todo o património com vista à sua fruição. Assim, a salvaguarda e a valorização patrimoniais implicam opções sob o signo da memória mas, igualmente, do “direito ao esquecimento”.

Aos municípios cabe, em cada momento, a sublime tarefa de contribuir para uma consciência cívica cada vez mais vigilante e atenta perante os desafios que a salvaguarda do património cultural representa, enquanto factor identitário e atractivo turístico por excelência. Às autarquias cumpre, igualmente, escolher o que mais interessa valorizar e legar aos vindouros. De facto, um centro histórico, enquanto ser vivo em permanente actividade/transformação, não consiste apenas no conjunto de bens patrimoniais que o passado nos trouxe. Resulta, igualmente, da acção valorizadora que, em cada época, é exercida pelos municípios e por outras entidades no que toca à preservação/construção para a fruição do património.

Poder-se-á introduzir, deste modo breve e simples, a questão do “tempo do património” e do “património do tempo” pois, como assinalou a este propósito Santo Agostinho, “se o presente fosse sempre presente e não passasse para o pretérito, já não era tempo, mas eternidade”.

De entre os aspectos essenciais que se colocam no domínio da fruição do património, há que atender, logo à cabeça, à problemática da reabilitação. Importa, assim, definir a política de reabilitação que se pretende concretizar para que o património, devidamente preservado, melhor possa ser usufruído no nosso tempo e nas épocas que hão-de vir. Para se conhecer qual é a política de reabilitação seguida, autarquia a autarquia, importará responder às seguintes questões: o objectivo do município é tornar os centros históricos em endereços turísticos, mais ou menos apelativos, dotados ou não de atributos arqueológicos? Ou, a par de um destino para fruição de visitantes, pretendemos uma reabilitação centrada na vida e nas pessoas que residem nos centros históricos, evitando,

assim, que estes se tornem necrópoles? A política de reabilitação visa reverter a anunciada sentença ditada pelo “sentido tumular de coisa morta”, investindo-se na vivificação do centro histórico?

Aqui chegado, lembro as teses expendidas por Herculano relativamente à fruição do património. Para este investigador, escritor, poeta, autarca, publicista, político e agricultor, a fruição património tem de envolver a participação de quem habita os lugares com o seu amor a cada terra. Um sítio, carinhosamente cultivado pelos seus habitantes e pela administração municipal, tem, logo à partida, na perspectiva herculaniana e também na nossa perspectiva, uma vantagem acrescida como factor de atracção de visitantes e de majoração da riqueza local.

Decorre das lições extraídas de “Monumentos Pátrios”, deste conceituado historiador, a tese de que é necessário salvaguardar a herança que nos coube receber, proporcionando mais “qualidade de existência” a quem habita os centros históricos sob o venerando culto de uma fruição partilhada e responsável do património. A cada município cabe, ainda, a imperiosa necessidade de dotar os centros históricos de todas as condições de atractividade, mediante a instalação de “equipamentos de excelência” e a promoção de “eventos únicos”, a fim de tornar tais núcleos históricos em locais de “peregrinação” turística — tendencialmente obrigatória — de visitantes nacionais e de estrangeiros.

É pautada por tamanhas metas e preocupações que a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico tem vindo a intervir, procurando debelar os constrangimentos a tais desideratos, ao promover seminários e encontros para aperfeiçoamento técnico dos “agentes do património”, sem esquecer a permuta de informações e a troca de experiências entre as autarquias mobilizadas para a salvaguarda e para a valorização histórica e turística da sua herança cultural. A estimulante multiplicidade de pontos de vista e de métodos de intervenção é abordada em debates que integram os encontros nacionais de municípios com centro histórico, realçando-se as boas práticas adoptadas em cada autarquia, bem como a necessidade de actualização dos mecanismos legais, visando melhorar a acção dos municípios em áreas urbanas degradadas e diminuir o peso da burocracia que hoje ainda existe e que, em alguns casos, compromete os projectos autárquicos no que se refere à defesa do património.

Desde que estes encontros nacionais começaram, nos anos 80 do século XX, as conclusões no que toca à salvaguarda e à fruição do património sempre apontaram para a urgência em abordar a questão aqui colocada da reabilitação, tornando-a uma prioridade nacional. Com efeito, houve sempre entre nós, portugueses, uma espécie de enfeitiçamento ou de miragem pela construção de raiz em lugar de se conceder uma oportunidade àquilo que já existe e até, muitas vezes, devidamente infraestruturado. Recorde-se que, na década de 80 do século passado, a percentagem média europeia de investimento na reabilitação para a fruição se situava nos 30% do valor total das intervenções. Em Portugal, o investimento era menos de metade. Porém, nos últimos anos, a situação alterou-se. Na realidade, alterou-se para pior. Ao falarmos do estado da situação do património, importa, desde logo, ter presente que, se no plano europeu, a

percentagem do investimento na reabilitação é, agora, de cerca de 40%. Entre nós, esse valor ainda não atinge os dois dígitos.

Para além dos encontros nacionais e da atribuição do Prémio Nacional de Arquitectura “Alexandre Herculano”, outras iniciativas são anualmente organizadas sob a égide da Associação a que presido. O Dia Nacional dos Centros Históricos Portugueses, coincidindo com o aniversário natalício de Alexandre Herculano, comemora-se a 28 de Março. Este ano foi celebrado em Almeida, um município que, tendo reabilitado a sua fortaleza, está a apostar nos estudos de arquitectura militar em Portugal, tendo, igualmente, criado eventos consagrados à recriação histórica das batalhas travadas no âmbito das Invasões Francesas, cujo bicentenário agora se celebra. Almeida, sede de uma das duas delegações regionais da APMCH, tornou-se, deste modo, num centro de excelência de estudos militares na Península e, simultaneamente, colocou-se no mapa do turismo cultural.

À semelhança deste exemplo, há, por todo o país, inúmeros projectos que podem fazer dos centros históricos um instrumento de combate aos tempos de austeridade económica em que vivemos. Basta escutar as lições que ecoam do passado dos próprios centros históricos e evitar o erro capital que consistiu em dar, sistematicamente, prioridade ao “novo” em detrimento do “antigo”. A aposta na construção de raiz levou a que, hoje, existam centenas de milhares de casas desocupadas e, antiteticamente, preciosos monumentos em risco de ruína e cujas recuperações não sucedem por escassez de meios, os meios que foram utilizados em miragens imobiliárias.

Concluindo: para que haja melhor fruição do património em Portugal, é necessário cumprir o lema que serviu de tema a este congresso. Em suma, é preciso instituir o tempo do património para que haja o património do próprio tempo.

Depois da delegação regional do Algarve, criada em Lagos, há mais de 10 anos, e da delegação de Almeida, instituída em 2009, sinto-me plenamente justificado ao sugerir, no fecho desta minha despretensiosa intervenção, que o município de Portalegre se possa candidatar à criação da delegação da APMCH no Alentejo, promovendo as suas iniciativas em torno do tema deste encontro internacional — “Alentejo: Património do Tempo” porque o tempo é o nosso melhor património e o património, o melhor do nosso tempo.